



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

158

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 168456-4

ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal

COMARCA: Recife – 9ª Vara Criminal

APELANTE: Ministério Público do Estado de Pernambuco

APELADO: Edward Lira Cavalcante Júnior

RELATORA: Desª. Alderita Ramos de Oliveira

REVISOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

EMENTA:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. VINCULAÇÃO DE PRONUNCIAMENTO DE SEUS AGENTES. INEXISTÊNCIA. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. SUBSTITUIÇÃO DE PLACAS. CONDUTA TÍPICA. PLACAS. SINAL IDENTIFICADOR EXTERNO. ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO.

I – Os princípios da unidade e da indivisibilidade do Ministério Público não implicam vinculação de pronunciamentos de seus agentes no processo, de modo a obrigar que um promotor que substitui outro observe obrigatoriamente a linha de pensamento de seu antecessor.

II – É possível identificar um veículo tanto a partir de caracteres gravados no chassi ou no monobloco pelo montador ou fabricante, quanto pelas placas, dianteira e traseira, sendo esta lacrada, as quais são identificadores externos do automóvel.

III - Em sendo a finalidade precípua da norma a autenticidade dos sinais identificadores dos veículos automotores, a potencialidade lesiva mostra-se evidente na conduta mesma da troca de placas.

IV – Apelação provida. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 168456-4**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade



159

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

de votos, **em dar provimento ao apelo**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 22 de dezembro de 2009.

Presidente

Desª Alderita Ramos de Oliveira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

160

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 168456-4

ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal
COMARCA: Recife – 9ª Vara Criminal
APELANTE: Ministério Público do Estado de Pernambuco
APELADO: Edward Lira Cavalcante Júnior
RELATORA: Desª. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

RELATÓRIO

Edward Lira Cavalcante Júnior, qualificado nos autos (fls. 02), foi denunciado (fls. 02/04) como incurso nas sanções do art. 180, *caput*, e art. 311, § 1º, c/c o art. 69, todos do Código Penal.

Narra a acusatória que no dia 08/01/04, por volta das 07:00 horas, no curso de diligências policiais intentadas pela Depol. de Roubo e Furtos de Veículos, na Av. Conselheiro Aguiar, no bairro de Boa Viagem, nesta cidade, foi encontrado em poder do denunciado o veículo Mercedes Benz, modelo CLK 320, cor branca, ano 1998, e placa CD-2682.

Consta, ainda, que as letras CD e a cor azul apresentada pela referida placa, são características exclusivas das placas de veículos destinados ao Corpo Diplomático, ficando sua distribuição e autorização de uso sob o controle dos Ministérios de Relações Exteriores e da Justiça.

Abordado pela equipe policial, o mesmo se identificou como Cônsul da Turquia e declarou não portar a documentação do automóvel, a qual fora esquecida em sua residência.

Acompanhado pelos policiais até o seu domicílio, o denunciado apresentou o CRLV do veículo, no qual constava a placa KNY-0028-RJ e chassi WDBLJ55WXWF025647.

Indagado o motivo pelo qual a placa constante na documentação por ele apresentada não guardava similitude com a que se encontrava fixada no automóvel, o denunciado confessou que instalara a referida placa no mesmo, há cerca de dez dias atrás, sem a autorização do órgão competente.

Submetido o veículo à perícia, foi constatado que o número do chassi, constante na documentação apresentada pelo denunciado, foi alterado, haja vista que a numeração original do mesmo é WDBLJ65WXWF025647.

Dadas buscas no Cadastro Nacional de Veículos, foi constatado que o mesmo era objeto de roubo ocorrido em 10.02.1999, na cidade do Rio de Janeiro, tendo como placa LCD ou LCO, número 8166, e como vítima o Sr. Danilo Saramago Sahyoni de Araújo.

Concluída a instrução criminal, o acusado foi absolvido dos delitos a si imputado (fls. 317/329). Entendeu, o douto Juiz a quo, em relação ao crime do art. 311, do CP, com base na fundamentação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

161

esposada pelo *Parquet* nas suas alegações finais (fls. 247/252), que inexistiu elemento subjetivo do tipo, nem tampouco a vontade de atingir a fé pública. Ademais, a substituição de placas, mera infração administrativa, a despeito de opiniões em contrário, não se presta, por si só, para configuração do crime, já que o mesmo alberga apenas as hipóteses de adulteração ou remarcação de sinal identificador, pois seria uma analogia *in malam partem*.

Inconformado, o Ministério Público apelou (fls. 330), oferecendo razões recursais às fls. 334/345, alegando a necessidade de tecer alguns comentários acerca da presença, *in casu*, de interesse recursal a lastrear seu apelo, considerada a circunstância de, em sede de alegações finais, ter pugnado um seu antecessor pela procedência apenas parcial da ação penal, requerendo a absolvição do apelado no tocante à prática do crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor.

Pugna pela reforma do *decisum a quo* para que o acusado Edward Lira Cavalcante Júnior seja condenado nas penas do art. 311, § 1º, do CP, sob o argumento de que foi inteiramente clandestino o uso da placa diplomática no veículo apreendido conduzido pelo apelado.

O denunciado respondeu ao apelo (fls. 350/357), rechaçando as alegações do Representante do *Parquet* do 1º Grau, pugnando pela manutenção da sentença açoitada.

Nesta instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Milta Maria Paes de Sá, às fls. 367/375, ofereceu parecer opinando pelo provimento da apelação.

Está feito o relatório. À douta revisão.

Recife, 03 de dezembro de 2008.


Desª Alderita Ramos de Oliveira – Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

15

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 168456-4

ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal
COMARCA: Recife – 9ª Vara Criminal
APELANTE: Ministério Público do Estado de Pernambuco
APELADO: Edward Lira Cavalcante Júnior
RELATORA: Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
REVISOR: Des. Cláudio Jean Nogueira Virginio

VOTO

O Ministério Público tem interesse processual para recorrer de sentença que absolveu o denunciado, ainda que outro Promotor de Justiça, nas alegações finais (fls. 247/252), tenha expressamente requerido que tal absolvição fosse mantida.

Os princípios da unidade e da indivisibilidade do Ministério Público (art. 127, § 1º, da CF), com efeito, não implicam vinculação de pronunciamento dos membros do *Parquet* no processo, de modo que não obrigam o promotor que substituiu outro observar a linha de pensamento de seu antecessor.

Além do mais, vige na ação penal o princípio da indisponibilidade do processo, decorrente do princípio da obrigatoriedade, o qual proíbe que o Ministério Público desista da ação penal já instaurada (art. 42, do CPP) ou do recurso interposto (art. 576, do CPP), e o juiz pode condenar o réu mesmo na hipótese de pedido de absolvição por parte do *Parquet* (art. 385).

Assim, a circunstância de haver o Promotor Público com atuação no processo, na fase das alegações finais (fls. 247/252), opinado pela absolvição do apelado no tocante à prática do crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor, o que foi acolhido na decisão *a quo*, não impede que um outro membro do *Parquet* que o substitui no ofício interponha recurso pugnando para que se preserve a acusação inicial no tocante ao delito previsto no art. 311, § 1º, do CP. Não há que se falar, portanto, em falta de interesse processual por parte do Ministério Público.

Cite-se, a propósito, o precedente do Supremo Tribunal Federal mencionado nas razões de apelação, *verbis*:

“MINISTÉRIO PÚBLICO – Interesse Recursal – Subsistência ainda que em alegações finais tenha pugnado pela absolvição,

32



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

163

acolhida pelo magistrado – Sucumbência medida em relação ao objeto total da acusação, demarcado pela imputação deduzida na denúncia, que não pode ser retratada nem reduzida por alegações posteriores, dada a indisponibilidade da ação penal pública.

Ementa oficial: Recurso criminal: sucumbência do Ministério Público não obstante a sentença absolutória haja acolhido suas alegações finais. Precedentes. Dada a indisponibilidade da ação penal pública, a sucumbência do Ministério Público é medida em relação ao objeto total da acusação, demarcada pela imputação deduzida na denúncia, que não pode ser retratada nem reduzida. Assim, não obstante as razões finais hajam concluído pela absolvição do réu, pode o Ministério Público apelar da sentença absolutória”.

(HC 68.316-9 – DF – 1ª Turma – julgado em 27/11/1990 – Rel. Min. Sepúlveda Pertence – DJU de 14/12/1990 – RT 665/380)

A apelação aponta, em síntese, que a conduta do acusado corresponde ao tipo do art. 311¹, do CP.

A materialidade do delito encontra-se comprovada pelo auto de apresentação e apreensão (fls. 29), pelo laudo pericial (fls. 36/38) e por fotografias (fls. 39/40).

A autoria do crime também está evidenciada nos presentes autos, ante a confissão do denunciado perante a autoridade policial (fls. 08/09), e em juízo (fls. 137/138), e pelos depoimentos das testemunhas ouvidas na fase inquisitorial e em juízo (fls. 79/83).

Os autos revelam que na data de 08/01/2004, por volta das 7h, no curso de diligências policiais intentadas pela delegacia de roubo e furtos de veículos na Av. Conselheiro Aguiar, no bairro de Boa Viagem, nesta cidade, foi encontrado em poder do denunciado o veículo Mercedes Benz, modelo CLK 320, cor branca, ano 1998, e placa CD-2682.

Abordado pela equipe policial, o acusado se identificou como cônsul da Turquia e declarou não portar a documentação do automóvel, a qual fora esquecida em sua residência. Acompanhado pelos policiais até seu domicílio, o denunciado apresentou o CRLV do veículo, no qual constava a placa KNY-0028-RJ e chassi WDBLJ55WXWF025647.

¹ Adulteração de sinal identificador de veículo automotor

Art. 311 - Adulterar ou remarcar número de chassi ou qualquer sinal identificador de veículo automotor, de seu componente ou equipamento:

Pena - reclusão, de três a seis anos, e multa.

JR/ODAR/AC 168456-4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

164

Indagado sobre o motivo pelo qual a placa constante na documentação por ele apresentada não guardava similitude com a que se encontrava fixada no automóvel, o acusado confessou que instalara a referida placa no mesmo, há cerca de dez dias atrás, sem autorização do órgão competente (fls. 08/09).

A decisão a quo foi prolatada nos seguintes termos:

"(...) Relativamente ao delito previsto no art. 311 do Código Penal, a materialidade resta devidamente comprovada através do laudo pericial de fls. 36/44, o qual atesta:

"Em razão de todo apresentado e mediante os elementos materiais encontrados, os Peritos concluem que:

- a) O NIV WDBLJ55WXWF025647, encontrava-se adulterado, regravado;*
- b) As etiquetas autoadesivas, e o número VIS inserido nos vitrais guardavam os padrões de originalidade do fabricante;*
- c) As placas de matrícula CD-2682, não correspondia para o veículo em questão, e apresentava o lacre rompido;*
- d) Foi revelado o NIV primitivo série WDBLJ65WXWF025647;*
- e) Fica o veículo em lixe, identificado como Mercedes Benz, modelo CLK 320 LJ65W, placas de matrícula LCD-8156, NIV WDBLJ65WXWF025647, situação de Roubo/Furto".*

(...).

Por outro lado, como bem apontou o Representante do Ministério Público em suas alegações finais, deve-se dar cabo à absolvição do acusado para o crime do art. 311, do CP, porquanto inexistiu elemento subjetivo do tipo, nem tampouco a vontade de atingir a fé pública. Ademais, a substituição de placas, mera infração administrativa, a despeito de opiniões em contrário, não se presta, por si só, para configuração do crime, já que o mesmo alberga apenas as hipóteses de adulteração ou remarcação de sinal identificador, pois seria uma analogia in malam partem.

(...).

Ex positis, deve o acusado, na esteia da fundamentação esposada pelo parquet, ser absolvido da prática do delito previsto no art. 311, do CP. (...)"

Diversamente do que entendeu o douto magistrado, a troca de placas originais por outra configura o delito previsto no artigo 311 do Código Penal.

A norma penal em questão tipifica prática que se consuma com a própria adulteração ou remarcação do chassi ou de qualquer sinal identificador do veículo, componente ou equipamento.

Resulta indubitoso que a placa é sinal identificador do veículo, a qual foi trocada pelo acusado, ora apelado, prática essa inserida no tipo previsto no art. 311, do CP.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

165

Quanto à expressão "qualquer sinal identificador de veículo automotor", é certo que se pode identificar um veículo tanto a partir de caracteres gravados no chassi ou no monobloco pelo montador ou fabricante, quanto pelas placas, dianteira e traseira, sendo esta lacrada, as quais são identificadores externos do automóvel, conforme dispõe o artigo 115 do Código Nacional de Trânsito, *verbis*:

Art. 115. O veículo será identificado externamente por meio de placas dianteira e traseira, sendo esta lacrada em sua estrutura, obedecidas as especificações e modelos estabelecidos pelo CONTRAN, donde se conclui que as placas são, desenganadamente, "sinal identificador de veículo".

Socorre-nos, nesse sentido, jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

"HABEAS CORPUS. ADULTERAÇÃO OU REMARCAÇÃO DAS PLACAS DO VEÍCULO. SINAIS IDENTIFICADORES. ART. 311 DO CÓDIGO PENAL E ARTS. 114 E 115 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.

1 - O veículo é identificado externamente por meio das placas dianteira e traseira, cujos caracteres o acompanharão até a baixa do registro. Tipifica, portanto, a conduta prevista no art. 311 do Código Penal, a adulteração ou remarcação destes sinais identificadores, bem como daqueles gravados no chassi ou no monobloco (arts. 114 e 115 do Código de Trânsito Brasileiro).

2 - Ordem denegada." (HC n.º 8.949/SP, Relator Ministro Fernando Gonçalves, in DJ 25/10/1999)

"PENAL. RECURSO ESPECIAL. ART. 311 DO CÓDIGO PENAL. CARACTERIZAÇÃO DO DELITO. PRESCINDIBILIDADE DE FINALIDADE ESPECÍFICA. O tipo inserto no art. 311 do Código Penal, para a sua consumação, implica somente a adulteração ou remarcação do chassi ou de qualquer sinal identificador do veículo, componente ou equipamento, sendo prescindível finalidade específica do agente. (Precedentes).

Recurso especial provido." (REsp n.º 762.993/SP. Relator Ministro Felix Fischer, in DJ 26/06/2006).

Ressalte-se que há procedimento próprio para a concessão de placas para veículos de Embaixadas, sendo certo que a autoridade legitimada para fornecê-las é o Ministério das Relações Exteriores/Ministério da Justiça (fls. 186).

Os autos não evidenciam a obtenção de autorização do Ministério das Relações Exteriores/Ministério da Justiça pelo apelado para



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

166

o uso da placa. Ao contrário, sobressai que as referidas placas teriam sido requisitadas por um Embaixador para um outro veículo (fls. 186).

Vejamos o que diz a douta Procuradora de Justiça no seu parecer (fls. 367/375), *verbis*:

"(...) Ademais, conforme se pode auferir às fls. 186, a placa CD-2682 foi autorizada a ser colocada no veículo automotor da marca GM, tipo Blazer Executive/S-10, e apenas com validade de uso até 05 de julho do ano 2000, conforme solicitação do então Embaixador Dogan Alpan (fls. 186), portanto, jamais poderia ter sido encontrada no carro que estava sendo conduzido pelo apelado. (...)".

Bem de ver, portanto, que o fato imputado ao recorrido é, sem dúvida, típico, inexistindo nos autos qualquer circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena.

Ante o expendido, dou provimento ao apelo para que seja o acusado condenado pelo crime previsto no art. 311, do Código Penal.

Passo à análise das circunstâncias do artigo 59 do Estatuto Punitivo: o réu Edward Lira Cavalcante Júnior revelou uma culpabilidade acentuada, pois praticou o delito de forma consciente e determinada. Apesar de primário, sua personalidade é voltada para o crime, pois responde por crimes contra a ordem tributária (fls. 33 e 70). O motivo do delito é ínsito ao tipo penal e a vítima (sociedade) em nada concorreu para o fato delitivo. As consequências do crime importam no dever da prestação jurisdicional devida pelo Estado perante a sociedade.

Destarte, fixo a pena-base em 03 (três) anos de reclusão. Deixo de aplicar a circunstância atenuante do art. 65, III, "d", do CP (confissão espontânea), em virtude de a pena-base ter sido aplicada no seu mínimo legal. Não havendo circunstâncias agravantes, bem como causas de aumento ou diminuição, torno-a definitiva em 03 (três) anos de reclusão.

A pena privativa de liberdade deverá ser cumprida, inicialmente, em regime semi-aberto, a teor do art. 33, § 3º, do Código Penal.

² Art. 33 - A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto. A de detenção, em regime semi-aberto, ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado. (...)

§ 3º - A determinação do regime inicial de cumprimento da pena far-se-á com observância dos critérios previstos no art. 59 deste Código.
JR/ODAR/AC 168456-4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

167

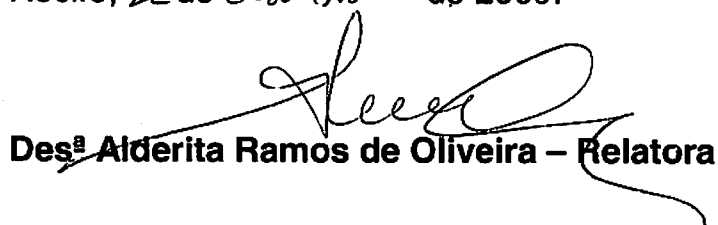
Condeno, ainda, o réu ao pagamento de 150 (cento e cinquenta) dias-multa na base de 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato e das custas processuais, em conformidade com o art. 804, do Código de Processo Penal.

Com supedâneo nos arts. 44, incisos I e III, e § 2º³, 45, § 1º⁴ e 46⁵, todos do Código Penal, substituo a sanção privativa de liberdade de 03 (três) anos de reclusão imposta ao réu Edward Lira Cavalcante Júnior por duas restritivas de direito, sendo a primeira, de prestação pecuniária, no valor correspondente a 10 (dez) salários mínimos, a ser paga em favor do fundo penitenciário dentro de 10 (dez) dias subseqüentes ao trânsito em julgado deste *decisum* (art. 50, CP), e a outra, consistente em prestação de serviço à comunidade ou a entidade pública pelo tempo da condenação, a critério do Juízo das Execuções Penais.

Determino, após o trânsito em julgado da presente decisão condenatória:

1. Preencha-se o Boletim Individual do réu, remetendo-o ao órgão competente;
2. A remessa dos autos ao Juízo das execuções penais, para que tenha início o cumprimento da pena;
3. O lançamento do nome do réu no rol dos culpados;
4. A comunicação da presente decisão ao Tribunal Regional Eleitoral, para a adoção das providências cabíveis.

Recife, 22 de dezembro de 2009.


Desª Alderita Ramos de Oliveira – Relatora

³ Art. 44- As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: (...)

I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a 4 (quatro) anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos;

III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

§ 2º - Na condenação igual ou inferior a 1 (um) ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a 1 (um) ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direito.

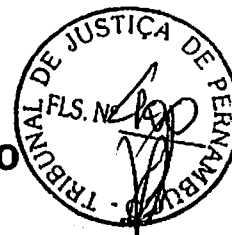
⁴ Art. 45 - Na aplicação da substituição prevista no artigo anterior, proceder-se-á na forma deste e dos arts. 46, 47 e 48.

§ 1º - A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a entidade pública ou privada com destinação social, de importância fixada pelo juiz, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação civil, se coincidentes os beneficiários.

⁵ Art. 46 - A prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é aplicável às condenações superiores a 6 (seis) meses de privação da liberdade.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DE PERNAMBUCO
GAB. DO DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO**



PROCESSO Nº: 0168456-4
COMARCA: RECIFE
VARA: 9ª VARA CRIMINAL
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO
APELADO: EDWARD LIRA CAVALCANTE JÚNIOR

168

VOTO REVISOR

Acompanho o relator, em todos os seus termos, por seus próprios fundamentos, dando provimento ao apelo ministerial, a fim de que o acusado seja condenado pelo crime previsto no art. 311 do Código Penal¹.

É como voto.

92/19/2009
Cláudio

Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Revisor

¹ - Adulteração de sinal identificador de veículo automotor

Art. 311 - Adulterar ou remarcar número de chassi ou qualquer sinal identificador de veículo automotor, de seu componente ou equipamento.